19 79

Superior Tribunal Militar

N.º 389

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relator: Snr. Ministro

Dr Ruy de Lima Pessoa

Em 11 05 79
271

PETIÇÃO

(149) MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, civil, condenado revel nos autos do Processo nº 21/68 da 3ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, solicita extinção de punibilidade, pela prescrição.

Advs: Dr Heráclito Fontcura Sobral Pinto, Dra. Eny Raymundo Moreira

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ARQUIVO
EM 21/11/79

AUTUAÇÃO

Aos 04 dias do mês de maio de 19 79 na Seção Judiciária, fes-se a presente autuação.

Pelo Sr. Diretor Geral,

Oficial Judiciário

4658

12

02
fls

Exmº. Sr. Ministro Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
- 3 MAI 1979 02974
PROTOCOLO

MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER, por seus advogados, vem expor e requerer a V.Exª. o que se segue:

O requerente foi condenado pelo Conselho da 3ª Auditoria do Exército em 2 de dezembro de 1969 à pena de 1 ano e 10 meses como incurso nos artigos 33, parágrafo único e 43- do Decreto-lei nº 314.

O Ministério Público não apelou.

Tanto pelo Decreto-lei 314 quanto pelo Decreto-lei nº 6.620 a extinção da punibilidade ocorre pela

a) Morte do autor

b) Prescrição da pena.

O artigo 125 do Código Penal Militar determina que a pena prescreve em 4 anos se ela não excede a dois anos.

Assim, em 1973 verificou-se a prescrição.

Portanto o ora requerente espera seja decretada a extinção da punibilidade e consequente ordem para recolhimento do mandado de prisão.

N. termos

P. deferimento

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1979.

Heráclito Fontoura Sobral Pinto

HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO

Eny Raymundo Moreira

389
4/4

03

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

RECEBIMENTO

Aos 04 dias do mês de maio de 1979 recebi estes autos para autuação, registrados no Prot. Geral sob o n.º 02974 contendo 02 folhas, todas numeradas. Eu, Gajacy Dornelas Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DISTRIBUIÇÃO

Distribuo os presentes autos aos Exmos. Srs. Ministros

Relator: Min Dr Roy Lima Pessoa

Revisor:

Em, 10 de Maio de 1979

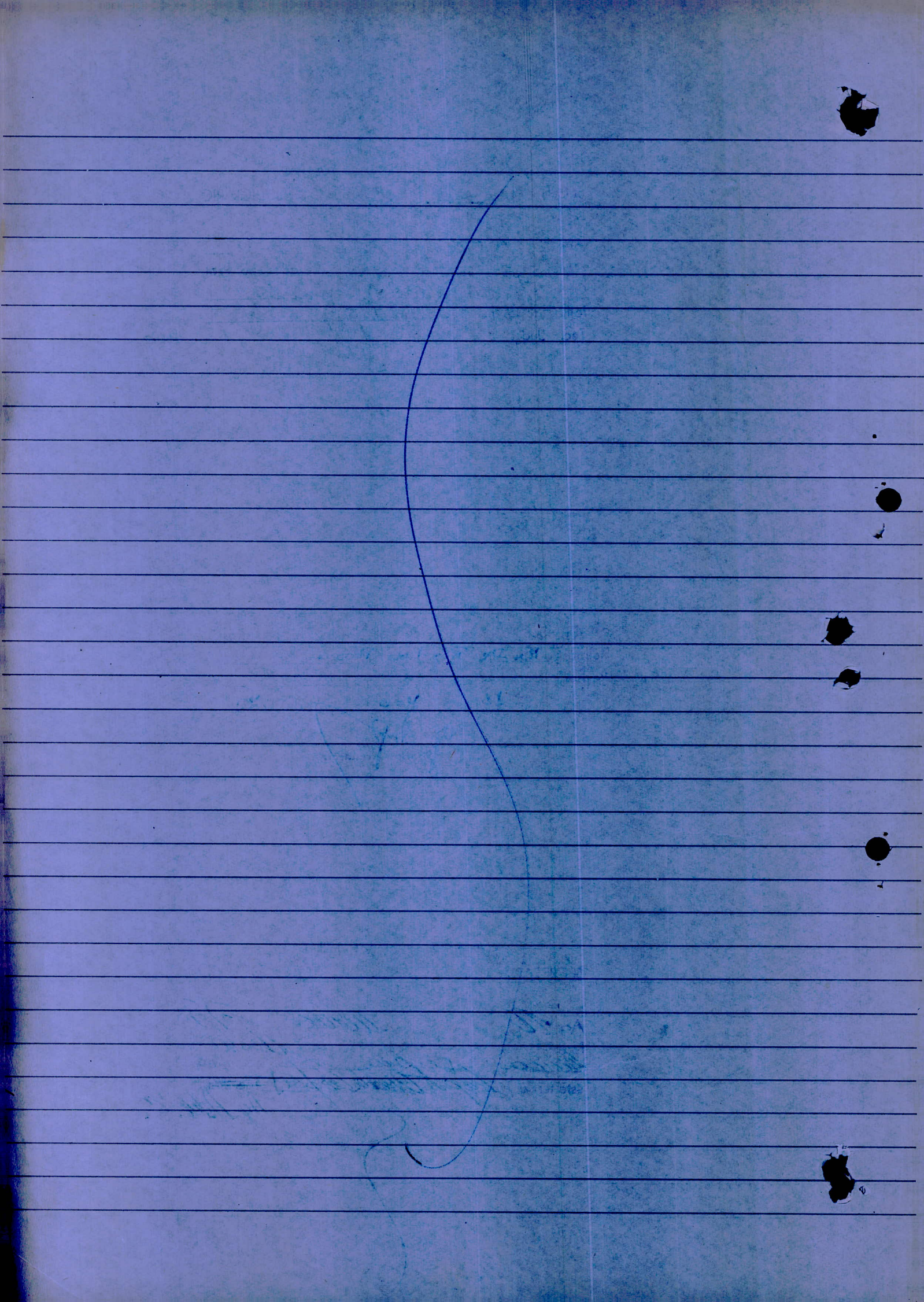
Ministro-Presidente

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

RECEBIMENTO

Aos 10 dias do mês de maio de 1979 foram-me entregues estes autos, com o despacho supra e para que lavro este termo. Eu ~~Téc. Jud.~~ Ag. Adm. "C"



04
3

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que, nesta data, junto por linha, à presente Petição os autos da Apelação n. 37 718, com dois volumes e um anexo, ref a WAUDELAN COUTINHO e OUTROS; do que, para constar, lavro a presente em 11 de maio de 1979. Eu, Lucidas dos Santos Braga, Chefe da Seção de Autuação.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

V I S T A

Aos 11 dias do mês de maio de 1979, abro vista destes autos ao Exmo. Sr. Doutor Procurador-Geral da Justiça Militar. Eu, _____ Lucidas dos Santos Braga Téc. Jud..

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA UNIÃO

Secretaria — Divisão de Documentação Jurídica

RECEBIMENTO

Recebi da Secretaria do Superior Tribunal Militar os presentes autos aos 11 dias do mês de maio de 1979

Oliveira Jurídica N. dos Reis

Diretor

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Procurador Dr.
Octávio Magalhães do Vale
Em 15 de maio de 1979

PROCURADOR GERAL

À Secretaria, para nova distribuição
Em 21 de maio de 1979.

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Procurador Dr.
Rubens P. de Barros
Em 21 de maio de 1979

PROCURADOR GERAL

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA UNIÃO
Secretaria — Divisão de Documentação Jurídica

DATA

Pelo Dr. Procurador me foram entregues os presentes autos aos 24 dias do mês de maio de 1979 com o parecer em separado para datilografar.

Yara Vianna Baeta
Diretor

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA UNIÃO
Secretaria — Divisão de Documentação Jurídica

JUNTADA

Nesta Secretaria faço juntada aos presentes autos do parecer de fls. 5/11 em 24 de maio de 1979

Yara Vianna Baeta
Diretor

Nº 271/79

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

1979

PETIÇÃO

Nº 389

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATOR : Snr. Ministro Dr. Ruy de Lima Pessoa

MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, civil, condenado revel nos autos do Processo nº 21/68 da 3a. Auditoria do Exército da la. CJM, solicita extinção de punibilidade, pela prescrição.

Advs: Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Dra. Eny Raymundo Moreira.

****

E. TRIBUNAL.

. PRELIMINARMENTE

O presente pedido vem subscrito pelos ilustres advogados Drs. Heraclito Fontoura Sobral Pinto e Eny Raymundo Moreira, sem que os mesmos juntassem a competente e indispensável

procuração para, neste Juizo Castrense, pleitearem o pretendido às fls. 02. (Art. 70, da Lei nº 4.215, de 27/4/1963).

Figura, nos autos anexados, o Dr. Paulo Goldrach' como advogado constituido pelo ora Requerente, como se vê de fls. 209, 269, 377 (1º volume) e fls. 519 (2º volume), sem que do processo haja substabelecimento aos advogados que subscrevem o petitório de fls. 2.

Por outro lado, não há nos autos, em qualquer volume, motivos que levassem os ilustres advogados a ingressar em Juizo, como o fizeram.

Também, não ocorreu, siquer, uma das exceções previstas no art. 87, XIV e suas letras, da citada Lei nº 4.215 , para que pudessem usar do seu munus.

Nestas condições, é de ser rejeitado, in limine , o presente pedido, por isso que requerido por quem não está devida e necessariamente autorizado na forma da lei, acrescido do fato de o Requerente já ter advogado constituido nos autos em apenso e inexistir motivo para sua destituição.

MÉRITO

Caso, no entanto, assim não entenda esta C. Corte, versa o presente pedido sobre a extinção da punibilidade pela prescrição, por decurso de tempo, a partir da sentença de

fls. 548/557, face à pena a que foi condenado o Requerente, como incurso no art. 33, parágrafo único, do D.L. 314/67, além da agravante do art. 43, III, do mesmo diploma legal, de 1 ano e 10 meses detenção.

Em singela petição, pleitea o acima exposto, com apoio no art. 125 (sem determinar o inciso) do Código Penal Militar, culminando por esclarecer que "em 1973 verificou-se a prescrição."

Passemos, pois, à análise do pedido.

Verificamos, às fls. 558 (Ata da Sessão de leitura de sentença), que o digno representante do M.P.M. esteve presente, ficando, desde logo, intimado da sentença, como determina o art. 443, do C.P.P.M.

A propósito, em o Rec. Crim. nº 5.282-MG, assim nos manifestamos:

> "Entendemos, data venia, que o art. 446 é complementação do art. 443, tudo do C.P.P. Militar.
> Quiz o legislador que o MP defendesse o prazo (art. 443) tão somente e, posteriormente, cientificado da prisão do acusado, apresentaria as suas Razões (art. 446).
> Não esclareceu o legislador se essa intimação do M.P., presente à sessão de leitura de sentença, se refere, apenas, a réus pre-

sos sos. Tanto isso é certo que o § 2º, do art. 529, do citado diploma legal, diz textual - mente:

> "se revel, solto ou foragido o réu, ficará sustado o seguimento da apelação do Ministério Público, sem prejuizo de sua interposição no prazo legal."

"Qual esse prazo legal? O de que trata o art. 529, caput, isto é, de cinco dias, contados da data da leitura da sentença em pública audiência, na presença das partes, ou seus procuradores.

Ora, se o MP não se manifestou dentro desse prazo, presente que estava à audiência de leitura de sentença, por certo dele decaiu, não podendo valer-se do disposto no art. 446, para justificar a sua omissão."

Quando da interposição do seu recurso de fls.560, já vigorava o D.L. 898/69 e S. Excia., ao apelar da sentença, relativamente aos réus absolvidos, se valeu do art. 73, letra 'b', apenas por obrigação e não por não se conformar, em verdade, com aquela absolvição.

Tanto é certo que S. Excia., a fls. 563, assim se expressou, deixando de reanalizar a prova, para voltar a plei - tear o pedido de condenação:

"Egrégio Superior Tribunal Militar.

> Apela o MP da parte da sentença de fls. 548, que absolveu três dos acusados: João Mesquita Zanuti, José Fernando da Costa Madeira e Manoel Isaac Carvalho Lima, para o efeito de devolver a esse Colendo Tribunal Superior, o conhecimento da causa, nos termos expressos do art. 73, letra b, do Dec.-lei n. 898/69, e que, como sempre, melhor decidirá."

Quanto aos réus condenados, reveis ou não, S. Excia. teve uma só convicção: a de que a sentença, relativamente às condenações, era perfeita e não merecia reforma.

Quem n'o diz é o próprio representante do M.P., ao rebater as Razões de diversos Apelantes (fls. 575), quando, a fls. 576, assim se expressou:

> "Nessas condições, e certo de que a sentença apelada será mantida, na parte condenatória, por seus próprios e jurídicos fundamentos, o M.P. pede e espera seja negado provimento aos recursos de apelação, ora respondidos."

Portanto, passou em julgado para o MP a respeitável sentença de fls., concretizando-se, assim, a pena imposta ao Requerente, em 1 (um) ano e 10 (dez) meses de detenção, dada a ausência de recurso, pouco importando tenha ou não o réu

recorrido, conforme jurisprudência pacífica do Excelso Pretório.

A tal respeito, nos manifestamos, também, em o mencionado R. Crim. nº 5.282, ao citarmos os H.C. ns. 54.049 e 54.497, além de outros, numa demonstração de que o E.S.T.F., na aplicação da Súmula nº 146, lhe vem dando a interpretação compreensiva e não mais a restritiva, para atender casos de prescrição como o ora sub examen.

No que concerne, propriamente, ao pedido em foco, verificamos que o D.L. 314/67 é o aplicável à espécie, por ser mais benigno e, consequentemente, o C.P.M., no tocante à prescrição.

Dess'arte, na forma do art. 125, VI, da referida lei substantiva castrense, a extinção da punibilidade pela prescrição se dá em quatro anos. Face à concretização de pena em 1 ano e dez meses de detenção, e sendo a sentença de 02 de Dezembro de 1969, quando interrompeu o curso da prescrição, verificamos que, a partir dessa data, decorreu lapso de tempo superior ao exigido para se dar a extinção da punibilidade.

Assim, desde 02 de Dezembro de 1973 se extinguiu a punibilidade, devendo ser a mesma declarada, por um imperativo legal (art. 133, do C.P.M.).

Isto posto, em assim procedendo, caso não dê pela preliminar, estará esta C. Corte praticando mais um ato de costumeira.

J U S T I Ç A.

Brasília-DF, 24 de maio de 1979.

Rubens Pinheiro de Barros
Procurador

12
2

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR DA UNIÃO
Secretaria – Divisão de Documentação Jurídica

REMESSA

Faço remessa dos presentes autos à Secretaria do Superior Tribunal Militar aos 24 dias do mês de maio do 1979

Yara Queiroz Barreto
Diretor

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO E CONCLUSÃO

Aos 24 dias do mês de maio de 1979 recebi estes autos e faço conclusão ao Exmo. Sr. Ministro Rel. Dr. Ruy de L. Pessoa, 25.05
Eu, Eufrásio Matias Neto Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
GAB MIN DR. RUY DE LIMA PESSÔA
Data de entrada: 25/5/79

Despacho em separado.
Em 28-05-79

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO

Aos 29 dias do mês de maio de 1979 foram-me entregues estes autos, com o _____ de que lavro este T. C. Eu, Eufrásio Matias Neto Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

JUNTADA

Aos 28 dias do mês de Maio de 19 79 faço juntada a estes autos do (s) documento (s) que se segue (m), do que lavro este termo. Eu

Ufrano Matos M.t. Téc. Jud.

13

D E S P A C H O

Na sistemática do nosso direito processual prevalece o princípio dominante de atender-se para as duas instâncias: de primeiro e segundo grau.

O peticionário, através de ilustrado e culto advogado - o mestre Dr. SOBRAL PINTO -, solicita seja examinada a extinção da punibilidade pela prescrição da pena.

Contudo, dirige-se ao Exmº Sr. Presidente do Tribunal, vindo os autos a este Relator, por distribuição.

Inicialmente, data vênia, seria o caso de manifestar a sua pretensão, habilitando, para tanto, o seu patrono, que não funcionou no feito em fase anterior e, afinal, para não suprimir-se uma instância, dirigir-se ao Exmº Sr. Dr. Auditor, que deve apreciar - **prima facie** - o pedido.

Baixem, assim, os autos à Auditoria de origem, para que examine a pretensão, primeiramente.

Superior Tribunal Militar, 28 de maio de 1979.

RUY DE LIMA PESSÔA
Ministro Relator

17

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que, nesta data, mandei publicar no Diário da Justiça o despacho retro

do que, para constar, lavrei a presente.

Brasília, 31 de maio de 1977.

Regina Martins Coelho
Técnico Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que, o Diário da Justiça de 06 de junho corrente publicou o despacho retro

do que, para constar, lavrei a presente.

Brasília, 07 de junho de 1977.

Regina Martins Coelho
Técnico Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

REMESSA

Aos 08 dias do mês de julho de 1977, nesta Secretaria, faço a remessa dos presentes autos ao Exmo Sr Dr Juiz Auditor da 3ª Aud. Exército da 1ª CJM - Of. 1113/DPJ-08/06/77

para os fins de direito, do que lavro este termo. Eu, Mercedes dos Santos Braga Diretor da DPJ, o fiz

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

JUNTADA

Aos 29 dias do mês de junho de 1979 faço juntada a estes autos do (s) documento (s) que se segue (m), do que lavro este termo. Eu, Cirano Matias Net. Téc. Jud..

PODER JUDICIÁRIO

FL. 1

19 79

JUSTIÇA MILITAR

3.ª AUDITORIA DO EXÉRCITO

1.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

APENSO Nº 01

Nº S/N

AUDITOR — ESCRIVÃO DIRETOR DA SECRETARIA

DR. JOSÉ VICTOR MARQUES DOS SANTOS — DR. VITOR HUGO S. NERY DA COSTA

MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER

AUTUAÇÃO

Aos quinze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, GB, em meu cartório, autuo o Ofício 2445/1183/DPJ de 8-6-79 que adiante se segue, so Superior Tribunal Militar do que, para constar, lavro este termo.

Escrivão

Diretor de Secretaria

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

OFÍCIO 2445 /1 183/DPJ

BRASÍLIA - DF

EM 08 DE JUNHO 1979.

Recebi hoje.
A. em aberto.
Vista ao
Dr. Procurador.
13.6.79

SENHOR JUIZ AUDITOR:

Em cumprimento ao despacho do Exmo Sr. Ministro Relator exarado às fls. 13, tenho a honra de encaminhar a V.Exa. os autos da Petição nº 389, referentes a MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, tendo como apensos, por linha, a Apelação nº 37 718 (Proc. nº 21/68, desse Juízo), com dois volumes e um anexo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. meus protestos de estima e consideração.

DR. LUIZ FERREIRA BARRETO.
DIRETOR-GERAL.

EXMº SR.
DR. JUIZ AUDITOR
3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª CJM.
RIO DE JANEIRO - RJ.

3.ª AUDITORIA DO EXÉRCITO
1.ª C J M.
Protocolo N. 417
Em 19 de 6 de 1979

RMC/tmsm.

Mod. 8

VISTA

Aos 15 de junho de 19 79

faço êstes autos com vista ao Dr. Procurador

Militar

ESCRIVÃO Diefe exame

Rogo em separado

20.VI.79

Jorge Luiz Godoi

Proc.

RECEBIMENTO

Aos 21 de junho de 19 79 Recebo

estes autos em cartório

ESCRIVÃO Diefe exame

JUNTADA

Aos 21 dias do mês de junho de 19 79

na sede da 3.ª Auditoria do Exército da 1.ª CJM. junto a

estes autos o ofício nº 2[illegible] do Dr. Procurador Militar em 2 laudas datilografadas que adiante segue.

ESCRIVÃO Diefe exame

EGRÉGIO TRIBUNAL

Nesta altura, já que a Procuradoria-Geral já se manifestou através de um de seus seus mais cultos representantes - diga-se de passagem, esgotando a matéria -, pouco ou quase nada restou para esta Procuradoria de primeira instância a considerar.

Contudo, em atenção ao r. despacho do nobre Juiz-Auditor, acatanda a lúcida determinação do Eminente Ministro Dr Ruy de Lima Pessoa (Relator), o MPM tem o seguinte entendimento.

Se esta Procuradoria tivesse tido a oportunidade de primeira falar - como, a rigor, deveria ocorrer - de certo arguiria a preliminar - talvez, não tanto, mas como foi bem enfocada pelo ilustrada colega da superior instância - no que tange à habilitação legal dos patronos do peticionário, já que, figura como- tal, o Dr. Paulo Goldrach (fls.209, 269 e 377, do 1º volume; e fls. 519, do 2º volume), que, por sua vez, em momento algum, substabeleceu aos honrados advogados outorgando-lhes poderes para pleitear a "extinção da punibilidade" de seu cliente MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, que foi processado, julgado e condenado, em 2.11.69, à pena de lano e 10 meses de detenção, como in

19

incurso nos artigos 33, parágrafo único, e 43, ambos do Decreto-Lei nº 314/67.

Quanto ao mérito, o MPM, novamente, persegue os rastros deixados no judicioso parecer, segundo o qual, nesse particular, concluiu que, efetivamente, a partir de 02.XII.69 (data da sentença condenatória - fls. 548/557), decorreu o lapso de tempo superior ao exigido para ocorrer a extinção da punibilidade (art. 125, VI, do CPM).

A vista do exposto, uma vez plenamente patenteada a extinção da punibilidade, pela prescrição (art 123, IV), na hipótese em exame, esta - Procuradoria Militar espera a costumeira

J U S T I Ç A !

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1979

Jorge Luiz Dodaro
Procurador

CONCLUSÃO

Aos 22 de junho de 1979 faço conclusos os presentes autos ao Dr. Auditor

Na petição de 3-4-79, foi requerido ao Egrégio Superior Tribunal Militar o reconhecimento da extinção de punibilidade, por prescrição da pena, do crime definido no art. 33, parágrafo único, do DL 314/67, pelo qual foi Marcilio Cesar Ramos Krieger condenado à revelia, em 2-12-69, nesta Auditoria, à pena de um ano e dez meses de detenção, havendo os autos sido encaminhados a este Juizo para apreciação do pedido.

No entanto, entendo que no caso presente a prescrição é a da ação penal, visto não haver a sentença transitado em julgado, para as duas partes, nos termos da lei vigente ao tempo do crime, isto é, o art. 109 do Código Penal comum; observa-se, a propósito, que a exceção ali prevista, objeto do disposto no parágrafo único do art. 110, não corresponde à hipótese dos autos.

A circunstância de não haver o Ministério Público apelado da sentença, conforme o art. 529, § 2º, do CPPM, não favorece o requerente, pois a tal dispositivo processual não corresponde qualquer regra sobre prescrição da pena, na parte geral do atual Código Penal Militar, não ensejando pois a prescrição da pena, nos casos ocorridos em sua vigência, ou nos casos anteriores.

No atual CPM (e no que o precedeu, ou no Código Penal comum, aplicável, em sua parte geral, aos delitos definidos no DL 314/67), o único caso de prescrição da pena, fora do caso da letra a, do § 1º, do art. 126, é o do § 1º do art. 125, em que somente o réu interpõe recurso, hipótese diversa da destes autos, em que não houve recurso do interessado, por ser revel.

Indefiro pois o citado requerimento, por falta de amparo legal na lei penal substantiva, e por não estar findo o prazo de doze anos, de prescrição da ação penal.

Restituam-se os autos ao Egrégio Superior Tribunal Militar, aguardando-se as ordens do Exmo. Sr. Ministro Relator, quanto ao advogado que deva ser intimado do presente despacho, se assim for entendido, tendo em vista ser o Dr. Paulo Goldrach o Curador do sentenciado, e haver sido o requerimen-

to retro apresentado por outros ilustres advogados.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1979

José Victor Marques dos Santos
Juiz Auditor

RECEBIMENTO

Aos 22 de junho de 19 79 Recebo estes autos em cartório

ESCRIVÃO

Ciente:
Rio, 20.08.79
Juiz

O prazo, desta vez, deverá contar a partir da ciência dos ilustres advogados que assinam a petição inicial e demais peças. Rio, 20.08.79

REMESSA

Aos 25 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e nove (1979) em meu cartório, faço remessa destes autos ao Sr. Diretor Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar. Do que, para constar, lavrei êste têrmo. Eu, _____, Escrivão

JUSTIÇA MILITAR

3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª C.J.M.

RIO DE JANEIRO, RJ 25 de junho de 1979.

N. 631

Do Auditor

Ao Ilmo. Dr. Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar

Assunto: Restituição de Autos (FAZ)

Tenho a honra de restituir a V.Sª. os Autos da Petição nº 389, referentes a MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER, tendo como apensos, por linha a Apelação nº 37.718 - (Processo nº 21/68, desta Auditoria), com dois volumes e um anexo, bem como remeter o apenso nº 01, no qual se encontra exarado o despacho deste Juízo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sª. os meus protestos de estima e distinta consideração.

José Victor Marques dos Santos
Juiz-Auditor

hcbn

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
27 JUN 1979
04658
PROTOCOLO

12

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO E CONCLUSÃO

Aos 29 dias do mês de Junho de 1979,
recebi estes autos e faço conclusão ao Exmo. Sr.
Ministro Rel. Dr Ruy de L. Pessoa, 29.06.
Eu, Eduardo Matias Vaz Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
GAB MIN DR. RUY DE LIMA PESSÔA
Data de entrada: 29/6/79

Despacho

Com referencia à parte final do r. Despacho de fls. 20/v, entendo que deverão ser intimados os advogados que subscreveram a petição de fls. 2 e, bem assim, o ilustre causídico constituído nos autos, o Dr. Paulo Saldanha.

Cumpra-se. Rio, 9/8/79.

Ruy Lima

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO

Aos 09 dias do mês de agosto de 1979,
foram-me entregues ~~estes~~ autos, com o despacho
retro ~~que~~ lavro
este termo. Eu, Ifranio Matias Nt. Téc. Jud..

Certidão

Certifico, para os devidos fins, que, em 10 do corrente mês, desapensei dos presentes autos a Apelação nº 37 718, com dois volumes e um anexo, referente a Waudelan Coutinho e outros; do que, para constar, lavro o presente em 13 de agosto de 1979. Eu, Ifranio Matias Nito, Técnico Judiciário, escrevi.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
REMESSA

Aos 13 dias do mês de agosto 79
nesta Secretaria, faço a remessa dos presentes
ao Exmº Srº Drº Juiz Auditor da 3ª
Auditoria do Exército da 1ª CJM
[illegible] do direito, do que [illegible]

78.23

Cláudia

RECEBIMENTO

Aos 15 de agosto de 19 79 Recebo

estes autos em cartório

Cláudia Barcellos Fernandes

ESCRIVÃO

JUNTADA

Aos 15 dias do mês de agosto de 1979.

na sede da 3.ª Auditoria do Exército da 1.ª CJM. junto a

estes autos o Ofício nº 3247/1632, de

13/8/79, do STM. — que adiante segue.

Cláudia Barcellos Fernandes

ESCRIVÃO

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que, em data de 30 de Julho de 1979, entrou no gozo da 2ª parcela de férias de 1978 o Exmo. Sr. Dr. José Victor* Marques dos Santos, Juiz-Auditor, havendo os Drs. HELMO DE AZEVEDO SUSSEKIND e ALFREDO DUQUE GUIMARÃES, Juizes Auditores da 2ª Auditoria do Exército desta C.J.M., sido designados pelo Ato nº 4.931, de 25.7.79, do Exmo. Sr. Ministro Presidente do S.T.M., para funcionarem neste Juízo, o primeiro de 30.7.79 até 23.8.79 e o 2º de 24.8.79 até 28.8.79 (Telex nº 80, de 25.7.79), do Sr. Dr. Diretor Geral da Secretaria do Egrégio Superior Tribunal Militar. Dou Fé.

Rio de Janeiro, 15 de agôsto de 1979

Glaucio Garcindo Fernandes de Sá
Escrivão

C E R T I D Ã O

CERTIFICO que, em data de 30 de julho de 1979, assumiu o cargo de Juiz-Auditor desta Auditoria, o Exmo. Sr. Dr . HELMO DE AZEVEDO SUSSEKIND, Juiz-Auditor, para funcionar neste Juízo no período de 30.07.79 até 23.08.79. Dou Fé.

Rio de Janeiro, 15 de agôsto de 1979

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá
Escrivão.

Fls. 24.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

OFÍCIO Nº 3247 /1632/DPJ

BRASÍLIA - D. FEDERAL
EM 13 - AGOSTO - 1979

Recebido
Em 15/8/79

SENHOR JUIZ AUDITOR:

Em cumprimento ao despacho prolatado pelo Exmº Sr Ministro-Relator Dr Ruy de Lima Pessoa, exarado às fls 22, tenho a honra de encaminhar a V. Exª a Petição nº 389, referente a MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exª os meus protestos de estima e consideração.

SDR LUIZ PEREIRA BARRETO
DIRETOR - GERAL

EXMº SR
DR JUIZ AUDITOR DA 3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª CJM
RIO DE JANEIRO - RJ

Anexos: Autos da Petição 389

EM/

3.ª AUDITORIA DO EXÉRCITO
1.ª C. J. M.
Protocolo N.º 597
Em 15 de 8 de 1979

Mod. 8

JUNTADA

Aos 16 dias do mês de agosto de 1979

na sede da 3.ª Auditoria do Exército da 1.ª CJM. junto a

estes autos cópia do Telegrama nº 1

12/4/126. que adiante segue.

ESCRIVÃO

3.ª AUDITORIA DO EXÉRCITO

Protocolo Nº

Em de de 19

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
INICIAIS DO OPERADOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS

TEXTO E ASSINATURA – ENDEREÇO

DESTINATÁRIO: Dra. Eny Raimunda Moreira

Rua México nº 111, Grupo 1.006 – Centro
(Rua, Av., etc.) (Bairro)

CIDADE: Rio de Janeiro (ou nome da estação móvel, no radiograma) ESTADO: Rio de Janeiro (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

Nº 124-16-8-79 Ordem Dr. Juiz-Auditor fica V.Sª intimada comparecer 3ª Auditoria do Exército 1ª CJM dia 22 corrente mês vg 13 horas vg fim tomar conhecimento por escrito despacho Exmo. Doutor Auditor que indeferiu pedido extinção punibilidade referente Marcílio Cesar Ramos Krieger pt Gláucio Garcindo Fernandes Sá-Escrivão-3ª Auditoria Exército 1ª CJM

Dr. Helmo Sussekind — Juiz-Auditor
NOME DO EXPEDIDOR — TELEFONE

Rua Moncorvo Filho nº 5, 3º andar — Centro — RJ
Rua — Bairro — Cidade

7530 - 007 - 0051 IMPRESSO NO CG-ECT-DR-RJ. 162 x 229 mm

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
INICIAIS DO OPERADOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS

TEXTO E ASSINATURA — ENDEREÇO

DESTINATÁRIO: Dr. Heráclito Sobral Pinto

Rua Debret nº 79, 3º andar (Rua, Av., etc.) Centro (Bairro)

CIDADE: Rio de Janeiro (ou nome da estação móvel, no radiograma) ESTADO: Rio de Janeiro (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

Nº 125- 16-8-79 Ordem Dr. Juiz-Auditor fica V.Sª intimado comparecer 3ª Auditoria Exército 1ª CJM vg dia 22 corrente mês vg 13 horas vg fim tomar conhecimento por escrito despacho Exmo.Dr.Auditor que indeferiu pedido extinção punibilidade referente Marcilio Cesar Ramos Krieger pt Cfuncio Carcindo Fernandes Sá Escrivão-3ª Auditoria Exército 1ª CJM

Dr Helmo Spasckind
NOME DO EXPEDIDOR

Juiz-Auditor
TELEFONE

Rua Mancorvo Filho nº 5, 3º andar
Rua

Centro-RJ
Bairro Cidade

7530 - 007 - 0051 IMPRESSO NO CG-ECT-DR-RJ. 162 x 229 mm

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
INICIAIS DO OPERADOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS

TEXTO E ASSINATURA – ENDEREÇO

DESTINATÁRIO: Dr. Paulo Goldrajch

Avenida Presidente Antonio Carlos 615, grupo 701
(Rua, Av., etc.) (Bairro)

CIDADE: Rio de Janeiro (ou nome da estação móvel, no radiograma) ESTADO: Rio de Janeiro (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

Nº 126-16-8-79 Ordem Dr.Juiz Auditor fica V.Sª intimado comparecer esta 3ª Auditoria Exército 1º CJMz dia 22 corrente mês vg 13 horas vg fim tomar conhecimento por escrito despacho Exmo. Doutor Auditor que indeferiu pedido extinção punibilidade referente Marcílio Cesar Ramos Krieger pt Glaucio Carvalho Fernandes Sá - Escrivão pt

Dr. Helma Susskind Juiz-Auditor
NOME DO EXPEDIDOR TELEFONE

Rua Moncorvo Filho nº 5, 3º andar Centro RJ
Rua Bairro Cidade

fls. 28.

Gláucio

C E R T I D Ã O.

CERTIFICO que,nesta data, intimei o Dr. Paulo Goldrach,Advogado, do despacho do Exmo.Sr.Dr. José Victor - Marques dos Santos, Juiz Auditor, exarado às fls. 20/20 v., que indeferiu o pedido de extinção de punibilidade de Marcília Cesar Ramos Krieger, conforme se vê de sua assinatura. CERTIFICO,mais, que nesta data, a Dra. Eny Raymundo Moreira, Advogada, que subscreveu a petição de fls. 2, tomou ciencia do despacho de fls. 20/20v. e apresento recurso. De tudo dou fé.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1979.

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá.
Escrivão.

JUNTADA

Aos 20 dias do mês de agosto de 1979

na sede da 3.ª Auditoria do Exército da 1.ª CJM. junto a

estes autos a Petição e razões de

recurso do Dr. Advº. que adiante segue.

Maria Aparecida Tavares

ESCRIVÃO

Fls. 29.

Eny Raymundo Moreira
Advogada

EXMO. SR. DR. JUIZ AUDITOR DA 3a. AUDITORIA DO EXÉRCITO

Junte-se o recurso em seu efeito legal.

Rio 20/8/79

MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, por sua advogada, ciente do despacho que denegou seu direito de ter decretada a prescrição no processo a que o mesmo respondeu perante êsse E. Juízo, vem do mesmo recorrer ao Colendo Superior Tribunal Militar a fim de que aquela Côrte examine a matéria.

Assim, requer-se a V. Exa. a subida dos autos, juntando-se as razões em anexo.

Nêstes Têrmos,

pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1979

Eny Raymundo Moreira

Eny Raymundo Moreira
Advogada

Fl. 30.

EGRÉGIO TRIBUNAL,

MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, com fundamento nos artigos 516, letra L, e seguintes do Código de Processo Penal Militar, recorre da decisão que indeferiu seu pedido de reconhecimento da prescrição por parte do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 3a. Auditoria do Exército da la. C. J. M.

Consoante parecer da Douta Procuradoria Geral desse E. Tribunal, ocorreu a prescrição e não há, legalmente, como não decretá-la.

Assim, recorre-se com base nos termos vasados no irretocável parecer da Procuradoria Geral.

Espera-se que VV. Exas. , Srs. Ministros, decretem a prescrição como reconhecimento e aplicação de Justiça.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1979

Eny Raymundo Moreira

fls. 31

C E R T I D Ã O.

CERTIFICO que, nesta data, assumiu o cargo de Juiz Auditor, desta Auditoria, o Dr. ALFREDO DUQUE GUIMARÃES, para funcionar neste Juízo até o dia 28 do corrente mês- (Telex. nº80, de 25/7/79, do STM). Dou fé.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979.

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá.
Escrivão.

Exmo. Sr. Dr. Juiz Auditor.

Informo a V.Exa. que o Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Advogado, com escritório nesta cidade do Rio de Janeiro, apesar de intimado, conforme se vê da expedição do telegrama de fls. 26, não compareceu a esta Auditoria, até a presente data, razão pela qual, promovo os presentes autos a V.Exa. para determinar o que de direito. Dou fé.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979.

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá.
Escrivão.

Fls. 22

Oldemir

CONCLUSÃO

Aos 24 de agosto de 19 79 faço conclusos os presentes aos senhor Dr. Auditor

Oldemir Barcelos Fernandes

ESCRIVÃO

Vistos

Reitere-se a intimação de fls. 26.

Em, 27/8/79

Juiz

Auditor

Oldemir Barcelos Fernandes

ESCRIVÃO

ATA DE RECEBIMENTO

Aos 27 dias do mês de 08 do ano de 79 recebi os autos em epígrafe. Do que para constar lavrei o presente termo.

Oldemir Barcelos Fernandes

ESCRIVÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que foi providenciado de acôrdo com o despacho do Dautor Auditor, retro-fls. 132. anexando o telegrama

27 / 08 / 79

ESCRIVÃO

JUNTADA

Aos 27 dias do mês de 08 do ano de 79 faço juntada aos presentes autos do documento que adiante se segue

ESCRIVÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO	Espaço reservado a autenticação mecânica
Será preenchida pelo expedidor	

ECT	Espaço reservado a autenticação mecânica
HORA DA TRANSMISSÃO	
INICIAIS DO OPERADOR	

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS

TEXTO E ASSINATURA – ENDEREÇO

DESTINATÁRIO: Dr Heráclito Sobral Pinto

Rua Sebret nº 79 -3º andar (Rua, Av., etc.) Centro (Bairro)

CIDADE: Rio de Janeiro (ou nome da estação móvel, no radiograma) ESTADO: Rio de Janeiro (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

Nº 132-27/8/79 - Reiterando termos telegrama nº 125 de 16.8.79 vg ordem Dr Juiz Auditor solicito gentileza comparecer 3ª Auditoria Exército 1ª CJM vg dia tres setembro próximo vg 13 horas vg fim ser intimado por escrito despacho Exmo Dr Auditor que indeferiu pedido extinção punibilidade referente Marcilio Cesar Ramos Krieger Pt Glaucio Garcindo Fernandes Sá- Escrivão 3ª Auditoria Exército 1ª C J M

Dr Alfredo Duque Guimarães — Juiz-Auditor

NOME DO EXPEDIDOR — TELEFONE

Rua Moncorvo Filho nº 5-3º andar — Centro-RJ

Rua — Bairro — Cidade

fls. 34

CERTIDÃO

Exmo Sr Dr Juiz Auditor

Informo a V. Exa. que o Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, Advogado, com escritorio nesta cidade do Rio de Janeiro, apesar de intimado pela segunda vez, conforme se vê da expedição do telegrama de fls. 33, não compareceu a esta Auditoria, razão pela qual promovo os presentes autos a V. Exa. para determinar o que/ de direito. Dou Fé.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1979

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá
Escrivão

CONCLUSÃO

Aos 4 dias do mês de Setembro do ano de 79 faço os presentes autos conclusos ao Dr. Auditor

ESCRIVÃO

Vista ao Dr. Procurador, no mais legal, tendo em vista o parecer de fl. 29, anexado aos autos a fl. 30.

6.9.79

RECEBIMENTO

Aos 6 de Setembro de 79. Recebo estes autos em cartório

ESCRIVÃO

VISTA

Aos 6 de Setembro de 1979

faço estes autos com vista ao Dr. Procurador Militar.

Aloísio Barcellos Fernandes de Oliveira
ESCRIVÃO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Auditor.

Razões do M.P.M.

Como já foi exaustivamente demonstrado pelo M.P.M a extinção de punibilidade ocorreu em 2/12/73, devendo ser a mesma declarada por imperativo legal estabelecido no art. 133 do C.P.M.

Ressalte-se, ainda, que a matéria já foi amplamente exposta nos pareceres apresentados pelo M.P.M acostados às fls 5/11 e 18/19, cujos pareceres o M.P.M se reporta como suas razões integrantes deste petitório.

Assim sendo, requer a extinção de punibilidade, como única medida, data Vênia, cabível na espécie.

Justiça

Rio de Janeiro, 10/9/79.

Carlos Pereira
Proc.

Fl. 35

RECEBIMENTO

Aos 10 de setembro de 1979 Recebo estes autos em cartório

ESCRIVÃO

CONCLUSÃO

Aos 11 de setembro de 1979 faço conclusos os presentes autos ao Dr. Auditor

ESCRIVÃO

Certifique o Sr. Escrivão sobre a situação atual do recurso, quanto ao processo a que se refere este feito.

Em 12.9.79

RECEBIMENTO

Aos 12 de setembro de 1979 Recebo estes autos em cartório

ESCRIVÃO

C E R T I D Ã O.

CERTIFICO, em cumprimento ao respeitável despacho retro, que, este Juízo, por despacho de 30/8/79, de conformidade com o artigo 123, inciso II, do atual Código Penal Militar, julgou extinta a punibilidade, pela anistia, concedida pela Lei nº6.683/79, ao sentenciado MARCÍLIO CÉSAR RAMOS KRIEGER. Dou fé.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1979.

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá.
Escrivão.

CONCLUSÃO

Aos 12 de Setembro de 1979 faço conclusos os presentes autos ao Dr. Auditor

ESCRIVÃO

Verifica-se que, do despacho de fls. 20, que indeferiu o requerimento de fls. 2 assinado pelos advogados Heráclito Fontoura Sobral Pinto - Eny Raymunda Moreira, foram os mesmos intimados a fls. 25, 26 e 33, bem como o Dr. Paulo Goldfrach, a fls. 20v, o que se harmoniza com as certidões de fls. 28 e 31.

Dos ilustrados advogados acima, somente a Dra. Eny R. Moreira recorreu do despacho de indeferimento, a fls. 29, e logo oferecendo suas razões, findo o Dr. Procurador se manifestado em seguida, apoiando sua pretensão.

Mantenho integralmente meu despacho de fls. 20, pelos fundamentos nele expostos, e determino sejam estes autos encaminhados à instância superior, com minha observação de que o recurso interposto não mais tem objeto, pois, de acordo com a certidão supra, foi julgada extinta a punibilidade do mesmo, pelo qual foi condenado o recorrente, pela anistia, concedida em lei, posteriormente ao pedido de fls. 2. 13.9.79

Luiz Vicente Cernicchiaro
Juiz Auditor

36

RECEBIMENTO

Aos 13 de Setembro de 1979 Recebo estes autos em cartório

ESCRIVÃO

REMESSA

Aos 17 dias do mês de Setembro do ano de 1979 faço remessa dos presentes autos ao Snr. Dr. Diretor Geral da Secretaria de Expediente Forense Tribunal Superior.

ESCRIVÃO

OFÍCIO Nº 3991/2 005/DPJ

BRASÍLIA - DF.
EM 20 SETEMBRO 1 979.

SENHOR JUIZ AUDITOR:

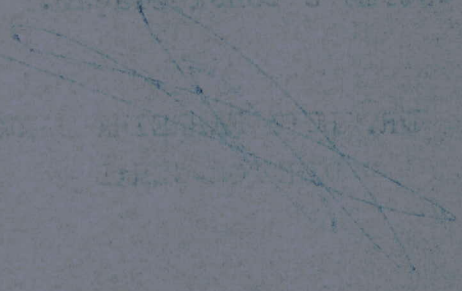
Em aditamento ao Ofício nº 3 247/1632/DPJ, de 13 de agosto passado, deste Tribunal, tenho a honra de solicitar a V. Exª seja dada ciência aos Drs. Eny Raimundo Moreira e Paulo Goldarch, do despacho exarado pelo Exmo. Sr.Ministro Dr. Ruy de Lima Pessoa, nos autos da Petição nº 389 , referente a MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER, cuja fotocópia segue em anexo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª meus protestos de estima e consideração.

DR. LUIZ FARREIRA BARRETO
DIRETOR-GERAL

EXMO. SR.
DR. JUIZ AUDITOR
3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª CJM
RIO DE JANEIRO - RJ

RMC/.-



JUSTIÇA MILITAR

3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª C.J.M.

RIO DE JANEIRO, RJ, 13 de setembro de 1979

Nº 929/79

Do Auditor

Ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor Geral da Secretaria do Egrégio S.T.M.-

Assunto: Remessa de autos (FAZ)

Restituo, em anexo, a essa Secretaria, os autos da Petição nº 389, referente a MARCÍLIO CESAR RAMOS KRIEGER, esclarecendo que o recurso, interposto a fls. 29, não mais tem objeto, uma vez que este Juízo, por despacho de 30.08.79, julgou extinta a punibilidade do crime, pelo qual foi condenado o recorrente, pela anistia, concedida pela Lei nº 6.683/79.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Sª. os meus protestos de consideração e apreço.-

Dr. José Victor Marques dos Santos
Juiz-Auditor

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
17 SET 00 1979 06778
PROTOCOLO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

RECEBIMENTO

Aos 03 dias do mês de outubro de 1979,
foram-me entregues os autos com o ofício nº 10
do que lavro este termo. Eu _____ Téc. Jud.

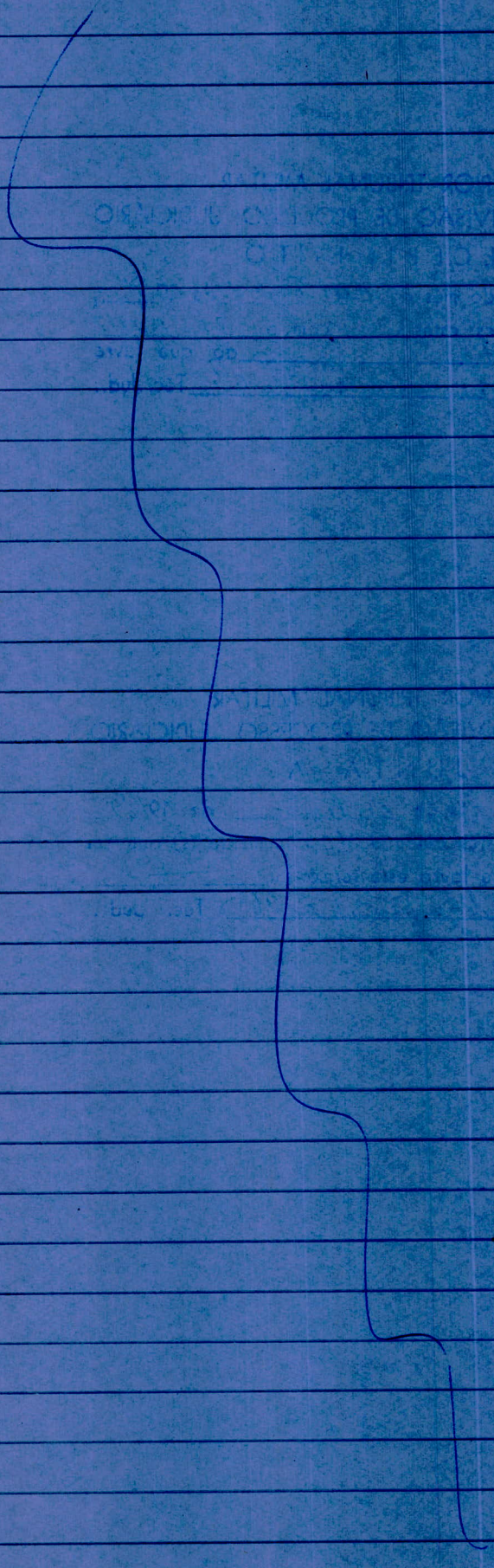
"S.M."

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO

Aos 03 dias do mês de outubro de 1979
foram-me entregues estes autos, com o Of. 100/1179
de 01/10/79 do que lavro
este termo. Eu, Rejane Martins Coelho, Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
JUNTADA

Aos 03 dias do mês de outubro de 1979
faço juntada a estes autos do (s) documento (s) que se
segue (m), do que lavro este termo. Eu,
Rejane Martins Coelho, Téc. Judl..



D.P.J.
03/10/79

JUSTIÇA MILITAR

3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª C.J.M.

RIO DE JANEIRO, RJ ..., 1 de outubro de 1979

N. 1001/79

Do Auditor

Ao Sr Dr Diretor Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

Assunto : Restituição de Peças (FAZ)

Anexo: 1- Oficio nº 3991/2005/DPJ, de 20/09/79, dessa Secretaria.
2- Cópia do despacho.
3- Certidão do Escrivão e
4- Despacho do Juiz Auditor.

Restituo a V. Sa, em anexo, as peças acima referidas sob o nº 1 e 2, com as informações constantes da certidão do Sr. Escrivão, em torno da intimação a que se refere o oficio anexo, dessa Diretoria Geral, no tocante à Petição nº 389, formulada em favor de Marcílio Cesar Ramos Krieger.

Ao ensejo, apresento a V.Sa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Dr. José Victor Marques dos Santos
Juiz Auditor

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA
03 OUT 1979 07303
PROTOCOLO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

OFÍCIO Nº 3991/2 005/DPJ

BRASÍLIA - DF.
EM 20 SETEMBRO 1 979.

Informe o Sr. Escrivão.
26.9.79
Auditor

SENHOR JUIZ AUDITOR:

Em aditamento ao Ofício nº 3 247/1632/DPJ, de 13 de agosto passado, deste Tribunal, tenho a honra de solicitar a V. Exª seja dada ciência aos Drs. Eny Raimundo Moreira e Paulo Goldrach, do despacho exarado pelo Exmo. Sr. Ministro Dr. Ruy de Lima Pessoa, nos autos da Petição nº 389, referente a MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER, cuja fotocópia segue em anexo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª meus protestos de estima e consideração.

DR. LUIZ FERREIRA BARRETO
DIRETOR-GERAL

EXMO. SR.
DR. JUIZ AUDITOR
3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª CJM
RIO DE JANEIRO - RJ

RMC/.-

3.ª AUDITORIA DO EXÉRCITO
1.ª C. J. M.
Protocolo N.º 669
Em 26 de 9 de 1979

Mod. 8
Rest. c/of. nº Aud/179, de 1.10.79. Emilda.

42

12

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR — Secretaria

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO E CONCLUSÃO

Aos 29 dias do mês de junho de 1979, recebi estes autos e faço conclusão ao Exmo. Sr. Ministro Ref. Dr. Ruy de Lima Pessoa 2906
Eu, [illegible] Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
GAB MIN DR. RUY DE LIMA PESSOA
Data de entrada: 29/6/79

Despacho

Com referência à parte final do Dr. Despacho de fls. 20/v, entendo que devam ser intimados os advogados que subscreveram a petição de fls. 2 e, bem assim, o ilustre causídico constituído nos autos, o Dr. Fernando Sabbatack.

Em 29-6-79. Dias 9.8.79.

Ruy Pessoa

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do original, que me foi apresentado. Dou fé.

Brasília, 21 de setembro de 1979

Gelda Felippelli

Diretor da Divisão

Exmo Sr Dr Juiz Auditor.

Em cumprimento ao respeitável despacho retro, informo a V. Exa. que os autos da petição nº 389, referente a MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER, foram restituidos ao Sr Dr Diretor Geral da Secretaria do Egrégio Superior Tribunal Militar, através do Oficio nº 929/79, de 13 do corrente mês, após intimação dos Drs. Eny Raimundo Moreira e Paulo Goldrach, Advogados, do despacho de fls. 20 v., tendo os mesmos ficado cientes também do despacho constante / da cópia retro do Exmo Sr Ministro Relator Dr. Ruy de Lima Pessoa.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1979

Gláucio Garcindo Fernandes de Sá
Escrivão

CONCLUSÃO

Aos 28 dias do mês de Setembro do ano de 79.
faço os presentes autos conclusos ao Dr. Auditor

ESCRIVÃO

Restituam-se os presentes autos ao ilustrado Dr. Diretor Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar, com as informações acima.
Rio, 28/9/79
Auditor

RECEBIMENTO

Aos 28 de Setembro de 19 79 Recebo estes autos em cartório

ESCRIVÃO

REMESSA

Aos 1º dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e nove em meu cartório, faço remessa destes autos ao Sr. Diretor Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar. Do que, para constar, lavrei êste têrmo. Eu, , Escrivão.

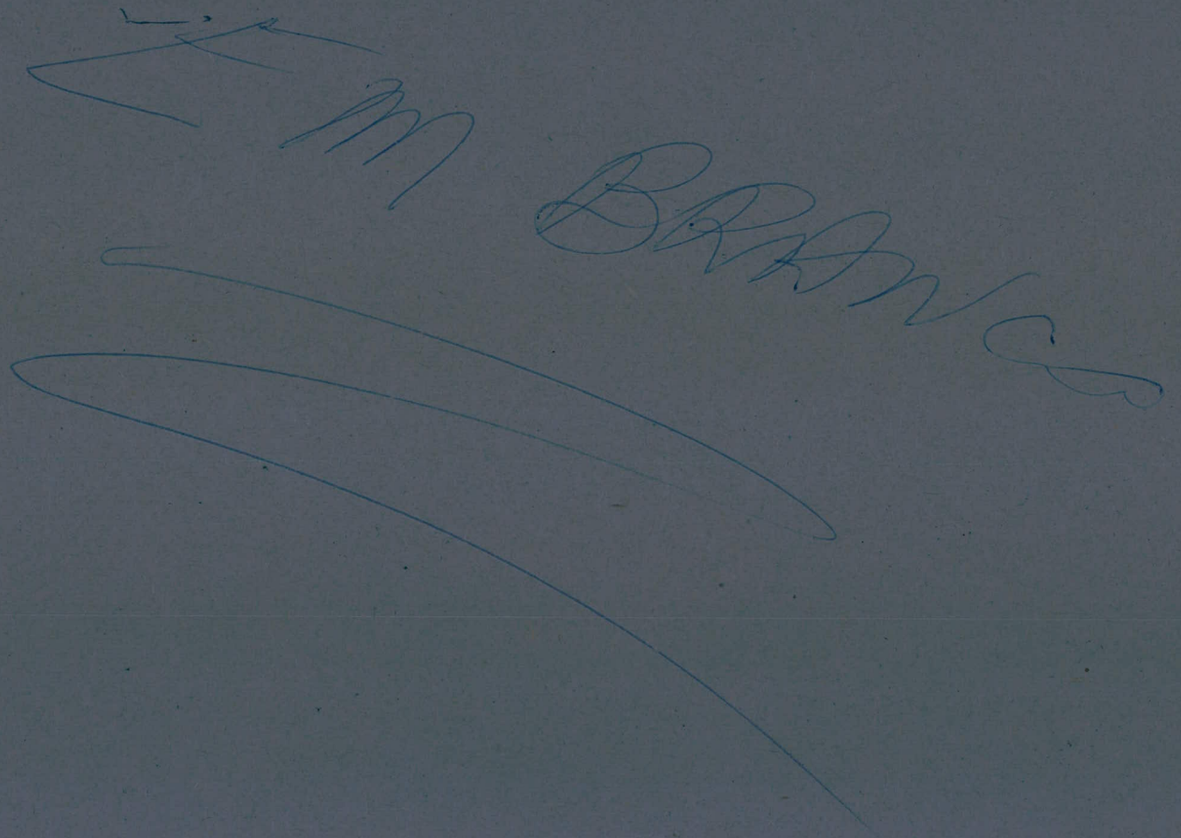
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
RECEBIMENTO

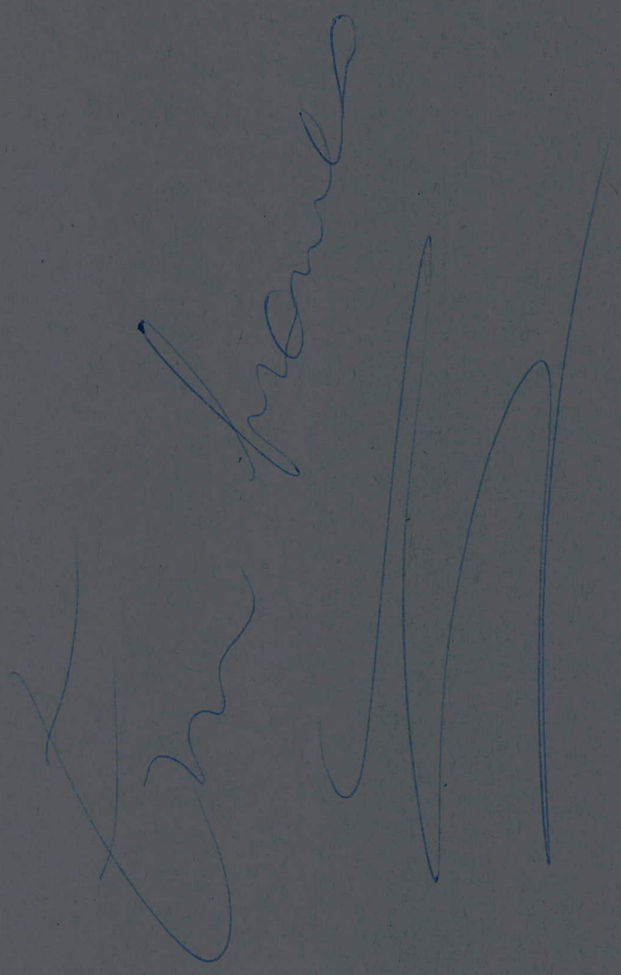
Aos 01 dias do mês de outubro de 1979,
foram-me entregues estes autos, com o Of. 1201/79
da 3ª Aud. Gr. Leste, do que lavro
este termo. Eu, Regina Martins Coelho, Téc. Jud..

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA - DIVISÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
REMESSA

Aos 21 dias do mês de novembro de 1979
faço remessa dos presentes autos ao Arquivo.

Ofelda Felippelli
Diretor da Div. Proc. Jud.





GK-1 Via-90006008925705